

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE FILOSOFIA

Gilmar Teixeira Lopes

A BUSCA DA VERDADE A PARTIR DE DESCARTES

Passo Fundo
2021

Gilmar Teixeira Lopes

A BUSCA DA VERDADE A PARTIR DE DESCARTES

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Filosofia, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo J. Doro.

Passo Fundo
2021

AGRADECIMENTOS

A esta luz da natureza que iluminou o meu caminho e que me conduziu à Filosofia, visando tornar-me um crítico sobre o mundo que se apresenta.

Aos professores, que proporcionaram lições insuperáveis com destino à busca pela inalcançável sabedoria e ao constante aperfeiçoamento.

A prova de que me tornei um crítico, está nas próprias razões contidas no meu pensar, ou seja, independentemente no meu credo religioso ousou colocar em dúvida até mesmo a Deus, especialmente a natureza divina como um todo, pois se Ele nos deu o poder de desconfiar das aparências e, ao mesmo tempo, a certeza de que os sentidos enganam, por óbvio, para atingir o verdadeiro tenho que desconfiar do próprio verdadeiro (concedendo-lhe um juízo falso). Por essas razões, resta evidente que viverei eternamente num círculo vicioso carregado com uma certeza absoluta: que na vida tudo é muito relativo.

Além disso, na medida em que é possível duvidar, descobre-se como a capacidade de pensar é imperfeita... e Deus, a quem atribuem a sua infinita sabedoria e vontade de trazer ao mundo os seus filhos, não nos concederia a este mundo com tanta imperfeição. Ademais, o verdadeiro Deus não nos proporcionaria essa infeliz e desacertada situação que a vida impõe a todos: navegar entre o falso e o verdadeiro. Por outro lado e, paradoxalmente, tenho que reconhecer que esse mesmo Deus trouxe ao mundo René Descartes e, sobretudo, concedeu-me essa possibilidade de afastar-me do falso e aderir ao verdadeiro com a certeza que somente a partir da dúvida advém a investigação como sendo o caminho para se atingir o justo.

Com isso, resta evidente que, num pensamento extremamente contraditório, devemos louvar a Deus que trouxe Descartes ao mundo e, como tal, a feliz possibilidade de me encontrar com os ensinamentos deste filósofo.

Para atingir os pontos de referências de minha existência, utilizei os faróis do pensamento que iluminaram a minha caminhada navegando pela vida, longe de um pensamento recluso. Única maneira de se atingir a verdade.

“Deus é verídico porque infundiu no homem as verdades que lhe permitem deslindar a fábula, decifrar o enigma do mundo, mas deu-lhe no mesmo ato o poder de desconfiar das aparências e de explorar – para conhecer o mundo – as verdades que traz em si: tal é o dom da liberdade. Deus concede-lhe a possibilidade de aderir ao verdadeiro, mas também de escolher o falso. Fáz-lo capaz de falhar e errar. É nisso, paradoxalmente que reside a grandeza do homem, porque uma tal capacidade de engano e falha decorre da independência absoluta da vontade”. (CAVAILLÉ, 1991, p. 321).

Há já algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto...”. (DESCARTES, 1983, p. 85).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fundamental realizar uma abordagem da importância da busca da verdade a partir de Descartes, especialmente uma ampla discussão acerca das principais regras do Método. A busca da verdade sempre é de crucial importância no contexto das relações humanas, isto é, o ser pensante tem por obrigação discorrer desta sua capacidade de pensar e decidir devidamente fundamentado na verdade. E, para se atingir esta pretensão, por evidência, devemos – desde logo – afastar os meios que utilizamos em nosso cotidiano para definir situações de vida, entre eles os sentidos humanos, pois sabemos que são capazes de nos induzir a erro. Assim, como indaga Descartes: como posso confiar naquilo que é capaz de me enganar? Partindo desta premissa real, de antemão devemos afastar os meios que possam nos conduzir a erro e, como tal, de imediato passarmos a averiguação mais profunda na busca da verdade. Este ato, deverá, sem dúvida, partir de uma investigação, onde os sentidos humanos devem ser colocados de lado para análise e conclusão. E dentro deste processo de investigação, devemos utilizar as principais regras do Método, especialmente a primeira regra, isto é, nunca admitir algo como verdadeiro, sem primeiro conhecê-lo como tal. Este é o primeiro passo para admitirmos a importância da investigação. Devemos aceitar que, efetivamente, a dúvida é o primeiro passo deste elo de ligação entre aquilo que os sentidos apontam e a investigação acerca da realidade. Então, o problema a ser investigado deverá passar – obrigatoriamente – por uma situação inafastável: devemos colocar a dúvida como referência inicial. A partir de instalada a dúvida, devemos prosseguir com a metodologia adequada e justa para conhecer a verdade. É importante mencionar, que somente atingiremos a verdade se utilizarmos como parâmetros três aspectos: afastarmos os sentidos humanos, a investigação como princípio e, sobretudo, utilizarmos das regras do Método. Trata-se, de uma pesquisa bibliográfica que tem como fonte principal da obra *Discurso do Método*, de René Descartes, mas que possui abrangência em outras obras do referido filósofo, bem como de comentadores. Este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, contemplamos o cartesianismo e a dúvida como princípio da busca pela verdade; e, na segunda parte, voltamo-nos diretamente ao Discurso do Método e a construção do conhecimento.

Palavras-chave: Descartes. Dúvida. Investigação. Verdade. Regras do Método.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O CARTESIANISMO E A DÚVIDA COMO PRINCÍPIO DA BUSCA PELA VERDADE	11
1.1 O cartesianismo	12
1.2 O primeiro princípio	13
1.3 A Dúvida	14
1.3.1 O método da dúvida.....	14
1.4 A Busca da Verdade	18
1.4.1 A busca da verdade – Dificuldades para o alcance	18
2 O DISCURSO DO MÉTODO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	22
2.1 Discurso Do Método	22
2.2. A estruturação do discurso do método	25
2.2.1 A primeira parte	26
2.2.2 A segunda parte	26
2.2.3 A terceira parte	26
2.2.4 A quarta parte	27
2.2.5 A quinta parte	27
2.2.6 A sexta parte	27
2.3 A Execução - Discurso Do Método	27
2.4 As Regras Do Método	29
2.4.1 Análise de cada uma das regras a partir da interpretação específica de cada texto. Aplicação das regras nas regras.....	29
2.4.2 As regras devem ser aplicadas na ordem exata de sua exposição	30
2.5 Analisando as regras	30
2.5.1 Primeira regra	30
2.5.2 Segunda regra	33
2.5.3 Terceira regra	35
2.5.4 Quarta regra	35
2.6 O que as regras não explicam	37

CONCLUSÃO 40

REFERÊNCIAS 41

INTRODUÇÃO

A história da filosofia possui uma relação direta com a história da autoconsciência da humanidade e, a partir deste instante, com o seu deslumbramento pelo mundo.

Neste contexto, adveio a discussão acerca da necessidade constante da busca da verdade através de um método que não deixasse dúvida, pois não poderia ser fundamentada nos sentidos uma vez que esses nos enganavam e, como tal, eram suficientes para o colocarmos em suspeita.

Mas, se pretendemos buscar a verdade a partir de Descartes, torna-se relevante uma análise sobre o conceito de verdade. Afinal, o que é a verdade? Essa é a pergunta que todo mundo faz, desde a mais tenra idade até a fase adulta, independente de sexo, etnia, cultura etc. A ela dedicam sua vida os grandes sábios, os heróis e os santos. Todos, de uma forma ou de outra, preocupados com o alcance deste conceito. Aliás, é considerada a deusa idolatrada também por todos os homens simples do mundo inteiro.

Resta evidente que, quanto mais verdades sabemos, mais livres somos. Neste sentido, apenas à guisa de posicionamento e ilustração, não se poderia deixar de mencionar as manifestações constantes na doutrina bíblica – no Evangelho de São João, em seu capítulo 08, versículo 32, que nos proporciona a seguinte assertiva: “*Conhecereis a verdade e a verdade vos tornará livres*”. Neste contexto, existem também os indiferentes e os céticos que, como Pilatos, perguntam o que é a verdade? Porém, pelas suas próprias características, lavam as mãos porque não sabem e não querem saber onde está a verdade, o certo.

Prosseguimos em nossa trajetória para saber o que vem a ser a verdade, ou seja, o conhecimento verdadeiro? Não há dúvidas de que o conhecimento é o reflexo e a reprodução do objeto em nossa mente. Existe uma paridade entre a representação efetiva do objeto e aquilo que representa em nossa mente. Assim, o conhecimento verdadeiro, por óbvio, é aquele que reflete corretamente a realidade na mente. É a justa adequação do pensamento com o ser, do sujeito com o objeto, do juízo com o objeto real.

É importante ressaltar que, para atingirmos a plenitude do pensamento de Descartes, torna-se imprescindível, também, verificar o que é o contrário da verdade, que é justamente o erro. O contrário do juízo verdadeiro é o juízo errado, falso. O erro é o conhecimento que não reflete fielmente a realidade e, por isso mesmo, não corresponde à realidade. O erro consiste no desacordo, na não-conformidade, na inadequação do pensamento com a coisa. Por coisa, subentende-se qualquer ser, objeto, fato ou fenômeno real, concreto ou abstrato, externo ou

interno. E por pensamento, por sua vez, subentende-se o espírito, a inteligência, a mente, a consciência, o juízo, as ideias, os conhecimentos, etc.

Como um conhecimento, para ser verdadeiro, tem que corresponder ao objeto existente na realidade exterior, então, o conteúdo do conhecimento verdadeiro (objeto e suas propriedades) não depende de nossa consciência, de nossa vontade ou preferência. O que existe na realidade não pode ser verdadeiro ou errado. Simplesmente existe. Verdadeiros ou errados só podem ser nossos conhecimentos, nossas percepções (sentidos), nossas opiniões ou juízos a respeito do objeto.

Em outras palavras, verdadeiro ou errado pode ser apenas o reflexo subjetivo (aquilo que vem à nossa mente) da realidade objetiva (aquilo que efetivamente representa). Nestas circunstâncias, deve-se partir para uma profunda investigação afastando ou colocando em suspeição – liminarmente – os sentidos (percepções) e, de imediato, mergulhando na razão como fonte que nos conduzirá à verdade. E René Descartes menciona que é a partir do racional que se pode levantar as incertezas e apontar, com a necessária segurança, se realmente tudo estava claro ao espírito. Mas, como foi que Descartes buscou atingir este propósito de que, efetivamente, tudo deveria estar claro, visando atingir a verdade? Foi a partir da certeza de que podemos pensar por nós mesmos (*Cogito*) e, sobretudo, pelo método da dúvida.

Assim, antes de atingirmos a essência da filosofia moderna descrita por René Descartes, é importante destacar que, desde a filosofia antiga – passando pelos romanos – até a filosofia contemporânea se discute o tema mencionado. Entre os pré-Socráticos, temos Parmênides (Século V, 515-450 a.C), que ponderava sobre o que chamamos de realidade. Para ele a verdade nada mais é que “a ordenação enganosa das palavras” (*apud* SOLOMON; HIGGINS, 2001, p. 59). Logo mais, encontramos a preocupação em Platão, no ‘mito da caverna’, que traz a relação entre o mundo do ser e o mundo do vir-a-ser, ou seja, a Teoria das Formas (o que os prisioneiros da caverna veem, o que supõem ser a realidade, são as sombras dos objetos carregados pelos passantes projetadas na parede). Na mesma linha do tempo encontra-se Marco Aurélio (121 – 180), grande soberano que levou o Império Romano ao seu apogeu, que sempre acreditou firmemente que “somos o que pensamos e desejamos” (AURÉLIO, 2002, p. 23). Em suas manifestações, acompanhadas de uma profunda sabedoria, sempre esteve convencido de que devemos proteger a mente de opiniões falsas e desejos nocivos. Aliás, Marco Aurélio lembrava o quanto somos “bombardeados por sensações recebidas através de nossos cinco sentidos e pelas observações e opiniões de outros”. No entanto, mencionava que “nada disso é real para nós até que nossa mente as reconheça e aceite. Temos o poder de ignorar os dados sensoriais e de rejeitar ou excluir julgamento sobre dados cognitivos” (AURÉLIO, 2002, p. 23).

Na filosofia hobbesiana se constata também as severas críticas de que se “seguirmos somente os nossos sentidos, teremos justos motivos para duvidar de que alguma coisa exista ou não” (CAVAILLÉ, 1991, p. 80).

A pesquisa realizada apontou que sempre existiu essa preocupação dos filósofos, especialmente quanto à utilização da razão. Destaca-se que a importância do racional também esteve vinculada a Gottfried Leibniz (1646 – 1716), onde mencionava que em nosso raciocínio, partimos de certos princípios fundamentais da razão que “são tão necessários quanto os músculos e os tendões para andar, ainda que não atentemos nisso” (BAZARIAN, 1985, p. 124). Porém, a ênfase necessária somente foi concedida com o pai da filosofia moderna, René Descartes.

Bem à frente na linha do tempo – de René Descartes – aparece o filósofo David Hume (1711-1776) que, embora empirista – e conseqüentemente afrontava os racionalistas – também apontou para uma forte relação existente entre a mente e os sentidos ao ponderar o seu princípio fundamental: “Nada está na mente que antes não estivesse nos sentidos”. Tendo em vista que o seu objetivo era investigar a natureza humana e o entendimento humano, ponderou em seu *Tratado da Natureza Humana* os meios pelos quais os seres humanos percebem o mundo. De modo especial trouxe à discussão um dos tipos de percepção, ou seja, as impressões, e assim as classificou: “são todas as nossas sensações, paixões e emoções, assim que fazem sua primeira aparição na alma”. E, concluiu o filósofo empirista: “A Natureza por uma absoluta e incontrolável necessidade determinou que nós julgássemos tão bem como respirássemos e sentíssemos” (*apud* COLLISON, 2004, p. 142).

Atendendo os parâmetros da missão do trabalho, o dividimos em duas partes: a primeira, abordamos o cartesianismo, bem como a dúvida como princípio da busca pela verdade; e a segunda parte, direcionamos diretamente ao *Discurso do Método* e a construção do conhecimento.

1. O CARTESIANISMO E A DÚVIDA COMO PRINCÍPIO DA BUSCA PELA VERDADE.

Não há de dúvida que, entre a filosofia de Thomas Hobbes (1588-1679) e David Hume (1711-1776), surgiu o pensamento marcante do filósofo René Descartes (1596 – 1650, considerado o pai da filosofia moderna), filósofo com quem atingimos o ser na sua essência: a capacidade de pensar a partir da dúvida, colocando os sentidos como elementos capazes de nos induzir ao erro.

Afinal, ao discorrer sobre qualquer tema o homem extrai as análises e conclusões a partir da percepção e, por óbvio, como essa é proveniente dos sentidos, não se atingirá a verdade. Portanto, na melhor das hipóteses deve-se suspeitar desta verdade. Assim, tendo em vista a posição clara e distinta de Descartes de que os sentidos nos enganam, à evidência, qualquer conclusão sem uma análise percuciente estará sujeita ao erro. Assim, após uma ampla pesquisa buscamos alcançar uma resposta justa e demonstrarmos a importância da teoria cartesiana neste contexto humano

Mas, em que consiste essa aplicabilidade dos princípios cartesianos no âmbito do cotidiano da pessoa? A resposta é singela, e encontramos no primeiro passo metodológico proposto por Descartes: pela certeza de que está presente o racional (penso, logo existo!), o homem pode levantar as incertezas e dúvidas quanto aos trabalhos desenvolvidos. E é justamente a partir da análise dos princípios que fundamentam a filosofia cartesiana – especialmente a primeira regra do método e a dúvida – deixam claro que nem todos os atos praticados pelos homens são provenientes de uma análise substancial e correta para que possamos concluir com a certeza necessária acerca de um determinado fato, ou seja, não possuem a certeza quanto ao fato em si e, sobretudo, de que realmente tudo estava claro ao espírito e à razão daqueles que extraíram as primeiras conclusões.

Portanto, a tese mais importante de Descartes foi a sua insistência em nossa capacidade de pensar por nós mesmos. A sua filosofia começou com a necessidade de que cada um de nós provasse para si mesmo a verdade daquilo em que acredita. Para esse fim, elaborou um método radical, o método da dúvida, segundo o qual considerava todas as suas crenças suspeitas até que fosse possível provar em que se justificavam.

Seguindo a linha de trabalho passamos a realizar a pesquisa visando demonstrar que, efetivamente, é através da dúvida que realizamos o primeiro passo para trilharmos o caminho em busca da verdade.

Assim, pela doutrina cartesiana, os atos praticados em nosso cotidiano não podem ser fundamentados apenas nos sentidos, pois o simples fato de que os mesmos possam nos enganar é suficiente para retirar deles a credibilidade.

Diante disso, a verdade somente pode ser conhecida a partir da certeza de que tudo está claro e distinto ao nosso espírito. Nada pode ser extraído – para fins de conhecimento – sem uma análise percuciente e, por óbvio, deve-se afastar a percepção como critério da verdade. Destaca-se que a percepção deve ser utilizada apenas como meio para o impulso inicial em busca do verdadeiro conhecimento.

Aqui torna-se relevante a análise e o conhecimento acerca dos princípios que norteiam a filosofia de Descartes, especialmente as regras do método e a instalação e aplicação dúvida.

No início deste capítulo, far-se-á uma análise do cartesianismo – como princípio básico – e, logo em seguida, mergulhamos na essência, ou seja, sobre a importância da discussão sobre a ‘dúvida’ em si e o método da dúvida, fatores preponderantes para prosseguir em busca da verdade, o grande desejo humano, e, ao final, um estudo acerca do Discurso do Método e as seis partes, bem como as Regras do Método.

1.1 O cartesianismo

O cartesianismo é considerado, especialmente pelos historiadores da filosofia, como um dos marcos que fizeram a passagem da filosofia do renascimento à moderna. Descartes não deixa dúvida do espírito que irá mover a modernidade numa direção inédita. Com ele, o objetivo básico – preliminar – de Descartes era alcançar uma ciência, que o mesmo denominava de sabedoria humana, a partir da luz natural da razão, apesar dos preconceitos e dos hábitos do pensamento em vigor no século XVII, especialmente o próprio filósofo que conviveu dentro da escola que possuía o pensamento escolástico. Neste mesmo pensamento, devem-se destacar, ainda, as dificuldades na execução do projeto, especialmente porque esse restou realizado fora das universidades, em face da presença constante da filosofia escolástica que era ensinada e praticada naquele período declinado anteriormente.

Para tanto, o filósofo se utilizou de duas armas essenciais para manutenção e execução do seu programa. 1) A *liberdade do arbítrio*, cujos princípios defendem que se o homem não fosse livre para arbitrar, o projeto de sabedoria humana não se realizaria, ou seja, se tornaria impossível; a precipitação e a prevenção seriam inevitáveis e, como consequência disso, não seria possível mostrar as nossas razões. 2) A *disciplina consciente*, ou seja, se não fossemos capazes de uma disciplina para conhecer, também não seríamos capazes de aplicar nosso

espírito na tarefa de separar o verdadeiro do falso e, por isso, o projeto de sabedoria humana não se realizaria. Além disso, na concepção de Descartes há um pressuposto de fundamental importância, qual seja: deverá haver uma razão em nós e no mundo sem o que seria impossível dispor de nossa liberdade.

Ao lado disso, advêm duas outras realidades inafastáveis: a primeira, nada mais distante da filosofia de Descartes que o ceticismo, ou seja, da posição que nega a possibilidade do conhecimento seguro (de regra questiona a convicção de que podemos dispor de um conhecimento certo e verdadeiro). A segunda, submissão e a restrição da filosofia de Descartes vinculada apenas à investigação das questões naturais.

Mas, onde encontramos o lugar em que Descartes afasta essas duas formas precipitadas de resolver o problema relativo à natureza e à realização da sabedoria humana? Na *Filosofia Primeira*, que comporta entre outras obras, as *Meditações* e a *Primeira Parte dos Princípios de Filosofia*. Na Primeira Filosofia se constata que René Descartes esclarece e demonstra a procedência do ato de filosofar ou de conhecer segundo a verdade. Ao lado deste desejo pela busca da verdade deverá ser considerada a maneira de ter acesso a ela, segundo nossas capacidades. Essa segunda situação apresentada de investigações constituirá o *método*, ou seja, a disciplina de como realizar a aplicação do conhecimento obtido.

1.2 O primeiro princípio

É importante frisar que foi justamente diante deste contexto apresentado, especialmente com ideias precursoras do Iluminismo, que incentivou as profundas mudanças no âmbito político e, com isso, acabou dando ensejo à Revolução Francesa.

A partir do racionalismo utilizado na matemática, Descartes efetuou essa transferência para o mundo da filosofia. Para tanto, adveio uma árdua tarefa no sentido de que deveria contrariar todas as concepções do método escolástico, especialmente das autoridades da Igreja. Assim, deveríamos buscar todas as respostas não através da fé, mas sim da investigação racional, cujo ponto de partida é a dúvida. Foi assim que Descartes iniciou os seus estudos, duvidando da própria existência. Porém, de imediato chegou à constatação de que a própria consciência é prova de que existimos. Por isso, adveio o seu princípio básico que norteará também este estudo: *Penso, logo existo*.

Descartes nunca perdeu a referência básica de que existe uma verdade – e única: que efetivamente penso. Pois bem, na medida em que penso, que também existo como ser pensante (coisa pensante, *res cogitans*). Afinal, podemos pensar o que tivermos que pensar, mas é certo

que pensamos. Aliás, o simples gesto de duvidar exige que se pense e, por óbvio, que se exista. Assim, na dúvida mais extrema de todas, advém a primeira certeza: *duvido, logo, existo*.

1.3 A Dúvida

Foi a partir de 1629 que René Descartes buscou o desenvolvimento de um método que, a partir da dúvida, pudesse atingir a certeza absoluta. Após a unificação de diversas ciências através deste novo método, isso o faria atingir um sistema universal de conhecimento. Assim, o filósofo francês partiu da dúvida – e não da certeza – para o método cartesiano de investigação científica. Esta dúvida era conhecida por metódica, uma vez que colocava em discussão todas as supostas certezas.

Em face de sua condição de racionalista, era imprescindível que fosse realizado um raciocínio perfeito para se atingir o conhecimento perfeito. Conforme já mencionado, ao duvidar de tudo ele constatava que pensava e, como tal, concluía que existia, ou seja, duvidando ele pensa e, por óbvio, pensando existe. Assim, se duvidamos, pensamos, pois para duvidar é necessário pensar; e, se pensamos, existimos como ser pensante. Daí advém a expressão *penso, logo sou*.

O pensamento, como parte de uma essência, revela a existência do homem a si mesmo. Assim, pode-se duvidar da existência do mundo exterior e, como tal, que este seja apenas um sonho. Foi no método dedutivo que ele partia dos conceitos gerais com destino às noções particulares e, com isso, advieram as Regras do Método.

1.3.1 Método da dúvida

René Descartes, além de ter sido o matemático francês que inventou e revolucionou a geometria analítica, foi filósofo, cientista, advogado e militar. Descartes dimensionava que, para se construir uma filosofia, era necessário antes de tudo adquirir o hábito de bem pensar. E mais, quando se quer aplicar o método a objetos sobre os quais já temos opiniões formadas, é preciso, além disso, perder o hábito de mal pensar. Afinal, foi a partir disso que deu origem ao método da dúvida metódica, processo fundamentado na suspensão de julgamento a respeito de toda e qualquer convicção, passando por uma investigação profunda até atingir a necessária certeza, pois, como mencionava o filósofo, a dúvida metódica consistirá, pois, antes de qualquer

coisa, em “considerar provisoriamente como falsas todas as nossas opiniões” (GILSON, 1979, p.15) até então existentes.

Lamentavelmente, mas de forma espontânea, o ser humano possui uma tendência de formar uma opinião sobre os acontecimentos, antes mesmo de se preocupar com o conhecimento preciso das ocorrências sobre as quais manifestou a sua opinião. Neste aspecto, é importante salientar o que afirma Mendonça (1978, p. 62) na obra *O mundo precisa de filosofia*: “Valoriza-se o conhecimento abstrato, e caminha-se para o plano da teoria geral. Fizemos um retrospecto, através da História, das manifestações da cultura, que, desde os seus primórdios, indicam esta tendência do espírito humano para a teorização”.

Prossegue o autor destacando que:

No homem adulto, esta tendência se manifesta na facilidade com que o homem arma suas opiniões. A opinião é um enredo, é uma estrutura teórica embrionária, que se forma inopinadamente no espírito humano diante de um fato. É necessário um grande esforço para que o homem se fixe estritamente ao que pode observar numa ocorrência que lhe é dado conhecer. Em geral, faz sobre ela uma interpretação, liga-a a outros fatos, associa-a a alguma lembrança fixada em sua memória, e assim forma imediatamente uma opinião. Reage contra a apreensão isolada dos fatos; aspira por colocá-la imediatamente dentro de uma estrutura. Num depoimento, é sempre difícil o relato dos fatos, pois há um impulso incontrolável de manifestar sempre, ao lado dos fatos, uma opinião ou um juízo sobre eles. (MENDONÇA, 1978, p. 62-63)

Em razão disso, devemos meditar profunda e longamente sobre as razões que podemos ter sobre uma concepção de determinada situação para que, de imediato, possamos efetivamente colocar em dúvida.

Neste sentido, Descartes fazia um destaque especial da importância de que devemos nos afastar das falsas opiniões, desconfiando do discurso de outrem, porque esse é, antes de mais nada, também uma vítima da fábula proporcionada pelos sentidos.

Assim, para o filósofo cartesiano, o primeiro passo é libertar-se da “tirania dos sentidos, da impertinência das artes, das más doutrinas professorais e da sofística dos doutos” (CAVAILLÉ, 1991, p. 104). Por outro lado, há a posição de Descartes que para atingirmos a dúvida metódica não basta considerarmos provisoriamente como falsas todas as nossas opiniões até então existentes, bem como meditar longamente sobre as razões que estamos colocando em dúvida. Impõe-se, um esforço calçado na vontade e, sobretudo, prolongado, a fim de “destruir a nossa tendência inveterada para acreditar no testemunho dos sentidos” (GILSON, 1979, p. 15). Aliás, como bem dimensiona o pai da filosofia moderna, devemos nos tornar tão espontaneamente desconfiados a seu respeito quanto permanecemos crédulos até o momento de levantarmos a dúvida.

Não bastasse isso, não se pode perder de vista que a linguagem – meio pelo qual declaramos os nossos pensamentos – começa por ser um suporte do erro, porque se encontra fundamentada na verdade literal da fábula dos sentidos. Essas falsas opiniões e linguagem permanecem presentes no cotidiano do homem. Essas interferências acabam proporcionando resultados nefastos, entre elas, as habituações ao erro.

Segundo o próprio René Descartes, no *Discurso do Método*, os erros que frequentemente estamos cometendo a partir da utilização dos sentidos, devem conduzir a razão a uma situação importante e única: nunca devemos acreditar nas percepções sensíveis. E, portanto, o exame dos erros que as percepções nos permitem cometer – até mesmo em matérias por demais evidentes – remete-nos a uma única certeza: através dela jamais atingiremos a verdade.

Ora, se evidentemente tudo o que vem dos sentidos não nos conduz à verdade, por óbvio, os resultados dali advindos são atos marcados de relatividade. Há uma única situação que é absoluta em relação aos atos provenientes dos sentidos: que esses quando atingem a razão tudo passa a ser muito relativo, eis que até aquele instante são absolutos.

Assim, estes atos que possuem certo grau de relatividade, por incrível nos conduzem a uma situação extremamente absoluta: tudo que provém dos sentidos é muito relativo, porém parecem absolutos até atingirem a razão. É na razão que o mesmo encontra óbice a sua subsistência, pois esta mesma razão impõe uma situação absoluta: aquilo que efetivamente advém dos sentidos é muito relativo, uma vez que não conduz à verdade.

Portanto, os resultados (a percepção) somente atingem o grau de absoluto (verdade) até o instante que atinge a razão. A partir deste momento – já no crivo da razão – advém a relatividade que paira nos atos advindos dos sentidos, pois esses não servem de parâmetro para atingir a verdade.

Martins Filho conceitua a dúvida nos seguintes termos: “A dúvida é a flutuação do intelecto entre a afirmação e a negação de uma proposição. A mente suspende o juízo, pela ausência de elementos suficientes para aderir à proposição afirmativa ou negativa da coisa.” (2003, p. 62). Por isso, pairam dúvidas sobre os atos praticados na infância, uma vez que, nesta fase, ofuscados os sentidos, concede-se um crédito exagerado aos preconceitos. Porém, essas conclusões na sua maioria são falsas, eis que foram formadas antes de sermos capazes de julgar bem. Os belos discursos, as linguagens e os sofismas que permeiam na infância desempenham um papel importante na habituação ao erro. Neste sentido, bem pondera Descartes quando afirma que “os nossos pensamentos estão ligados a palavras, e nós lembramo-nos mais das

palavras do que das coisas: os homens concedem sua atenção mais às palavras do que à significação das palavras” (*apud* CAVAILLÉ, 1991, p.107).

Há, nestes casos, uma forte tendência na pessoa em acreditar naquilo que é referido por palavras, e não após a reflexão dessas. Repetindo as mesmas palavras – e sem a reflexão necessária – acabamos por aceitar os mesmos preconceitos e, com isso, advém a habituação ao erro. É importante frisar, com base nas manifestações de René Descartes, que as “palavras estão associadas aos pensamentos, de tal maneira que é excessivamente difícil, separarmos as nossas concepções das palavras” (CAVAILLÉ, 1991, p.107).

Por isso, a dúvida metódica, apresentada por Descartes no *Discurso do Método*, tinha como princípio básico a necessidade de duvidar de tudo, especialmente em razão da falibilidade dos sentidos para se poder reconstruir toda a realidade, formando-se, então, as ideias claras e distintas, a partir de uma realidade – única – sobre a qual se poderia ter certeza absoluta: a realidade do pensamento (*cogito*), uma vez que a única coisa da qual não se pode duvidar é de que se estava duvidando.

Mas, onde está a certeza da dúvida? A resposta encontramos em Descartes.

Resta evidente que a dúvida está no pensamento, pois ela é proveniente do pensamento. Ora, toda vez que estou pensando, por óbvio não posso duvidar que estou pensando.

É através da proposição de um método dedutivo é que surge a construção de um conhecimento fundamentado em fatos incontestáveis. Assim, a única forma de atingirmos o grau da certeza absoluta é quando acreditamos que não há mais qualquer possibilidade que algo seja diferente do que realmente julgamos ser. Eis aí o grau de certeza absoluta.

Não bastasse isso, ao longo das *Meditações* se observa que Descartes nos conduz ao questionamento constante das coisas do mundo e que o *cogito* surgiu em face de uma experiência vivenciada pelo filósofo a partir de inúmeros pensamentos pensados.

Gilson, ao introduzir a obra *Discurso do Método*, explica que:

A dúvida metódica consistirá, pois, antes de mais, em considerar provisoriamente como falsa todas as nossas opiniões passadas, mas depois, e sobretudo, em meditar longamente sobre as razões que podemos ter para as pôr efetivamente em dúvida. Impõe-se um esforço voluntário e prolongado para destruir a nossa tendência inveterada para acreditar no testemunho dos sentidos e para assim nos tornarmos tão espontaneamente desconfiados a seu respeito quanto permanecemos crédulos até agora. (GILSON, 1979, p.15).

Ora, se é verdade que é possível duvidar de todos os nossos sentidos, imaginações e dos próprios pensamentos frente às falsas evidências e os problemas da linguística, é óbvio que,

para atingirmos a verdade, o primeiro passo é realmente adotar a dúvida como princípio básico e prosseguirmos na investigação.

1.4 A Busca da verdade

Naturalmente, quando acontece esse comportamento estamos alavancando a disposição de espírito chamada busca da verdade, vencendo a barreira da dúvida, da perplexidade, da insegurança, do espanto ou admiração, atingindo algo novo e insólito. Esse desejo é próprio do ser humano que busca confiar nas coisas e nas pessoas, fugindo dos labirintos que nos situam entre a verdade e a mentira. Nesse caso, ser humano é despertado ao desejo e a busca do conhecimento.

1.4.1 Dificuldades para o alcance da verdade

Em face das inúmeras informações que se recebe através de todos os meios possíveis, torna-se muito difícil o deslocamento do ser humano em busca de novos conhecimentos e, acima de tudo, em busca da verdade, pois este, “deitado em berço esplendido” do comodismo, continua acreditando naquilo que está recebendo.

Essa grande quantidade de informações obtidas nos mais diversos canais de acesso acaba proporcionando um conforto ao intelecto – seu racional – que o imobiliza e o impede de buscar a verdade, especialmente quando acredita que está diante de informações verdadeiras. Porém, quando as pessoas não acolhem as informações ou não fazem uma avaliação correta daquilo que recebem ou está disponível, ficam sem o conhecimento e o uso do racional, e naturalmente isso as impede de avançar na busca da verdade.

À luz do contexto atual, devemos estabelecer uma relação muito forte com as desastrosas *fake News* que vêm atacando as relações humanas onde a verdade deveria ser a premissa básica para o bom relacionamento. Porém, a infeliz tendência do homem moderno em macular as relações, tem-se tornado uma prática constante em ações que visam destruir com a credibilidade nas informações verdadeiras, isto é, as desinformações estão passando por informações verdadeiras.

E, quando o ser é instado a pensar e colocar em dúvida as informações, prefere manter-se no conforto e, como consequência, tem dificuldade de colocar em dúvida aquilo que os sentidos estão captando no momento. Preferem acreditar e, sem esforço, repassar a informação recebida pelos sentidos.

É importante mencionar que essa carga de informações que as pessoas recebem acaba fazendo com que venham a se sentir seguras. Assim, não há certeza porque há ignorância.

O procedimento correto seria que as pessoas viessem a suscitar as dúvidas cabíveis a fim de afastar as incertezas e desconfianças, e assim buscar conhecer a realidade da sociedade em que vivem. Aliás, deveriam seguir o exemplo ainda concedido pelo filósofo Sócrates, quando começava a formular perguntas sobre tudo o que lhe apresentava, especialmente buscando explicações com a necessária liberdade – livre arbítrio – a fim de atingir o verdadeiro conhecimento. Destaca-se que a busca da verdade a partir do pleno conhecimento não deve nascer apenas da dúvida e da incerteza, mas deve encontrar amparo também na ação deliberada contra a estagnação de ideias, pois estas também paralisam a capacidade de pensar e do agir com a necessária liberdade.

Assim, como é possível a verdade em Descartes? Há duas modalidades de busca da verdade. O primeiro aspecto é aquele proveniente da deliberalidade de não aceitar as certezas e crenças provenientes dos sentidos e, assim, buscar as explicações e interpretações daquilo que nos apresenta. Isso, sem dúvida é o pensar e agir filosófico.

Como acontece, portanto, o conhecimento em Descartes? Resta evidente que tudo advém da capacidade de pensar e agir. Esses procedimentos do filosófico encontram amparo – inicialmente – nos princípios de Sócrates, que indagava a tudo e a todos nas praças e ruas de Atenas. Num segundo momento, já diante da filosofia moderna, em Descartes, eis que este começou a fazer uma análise inicial dos ensinamentos obtidos pelos seus professores desde o La Fleche. Após os estudos profundos acerca do que havia aprendido e conhecido pela experiência era duvidoso e incerto. Foi assim que Descartes decidiu não aceitar os conhecimentos obtidos até que fosse possível provar – através da razão – que os mesmos eram certos e, acima de tudo, dignos de confiança.

A partir disso, submeteu todos os seus conhecimentos existentes a um exame crítico e, então, surgiu a dúvida metódica. Através disso, Descartes declarou que, efetivamente, somente aceitaria um conhecimento pleno, uma ideia, um fato ou uma opinião se realmente tivesse previamente sido submetido ao crivo da dúvida e, após isso, revelando-se indubitável ao pensamento. Foi assim que, após passar a aplicar todo o processo de análise, de dedução e de indução ao raciocínio, de imediato concluiu que há uma única verdade que poderá ser aceita e, como consequência, deverá ser o ponto de partida para atingir o conhecimento e o saber.

Essa verdade encontra amparo no seu princípio básico: “penso, logo existo”. Ora, diz o mestre da filosofia moderna, uma vez que estou duvidando do que estou pensando é certo

que estou pensando. Disso não pode pairar dúvida, pois se trata de uma maneira de pensar. Do aparecimento da consciência do pensamento, de imediato vai aparecer a primeira verdade indubitável que é o próprio pensamento.

É importante destacar que em razão do princípio básico que passou a nortear a sua vida, isto é, de que deveria afastar todas as convicções até então existentes na sua concepção, acabou empreendendo uma nova fundamentação da filosofia, sem, no entanto perder de vista a importância da ligação com o passado. Por isso, deve-se levar em consideração que o grande segredo de Descartes foi admitir a sua existência e sabedoria voltadas ao compromisso com o futuro sem abandonar a responsabilidade com o passado.

É verdade que Descartes procurou equiparar a filosofia com as certezas e as evidências das ciências geométricas. Assim, o filósofo se utilizou das certezas da matemática frente à filosofia, a fim de que esta pudesse se equiparar com àquela e, por consequência, sair das incertezas provocadas até então pelas inúmeras opiniões.

Foi desta forma que René Descartes trouxe a luz necessária à filosofia que, até então, havia permanecido na sombra da obscuridade. Por óbvio, o filósofo estava ciente das dificuldades que haveria de encontrar pela frente, pois estaria a tratar dos problemas da existência de Deus e da natureza da alma humana (metafísica).

O próprio filósofo ressaltou a importância da metafísica no contexto vivenciado pela filosofia e, sobretudo, a própria existência desta, pois estava ciente dos problemas com os quais iria se deparar. Aliás, chegou a escrever que “viver sem filosofia seria o mesmo que permanecer de olhos fechados e nunca procurar abri-los”. (DESCARTES, 1997, p.16),

Porém, fez uma ressalva crucial, ou seja, não há como se falar em filosofia sem discutir e realizar as perguntas metafísicas. A primeira pergunta que surgiria: o que seria dos seres humanos se permanecessem indiferentes na relação existente entre a verdade e a falsidade?

Destaca-se que o próprio Descartes mencionava que é necessário primeiro destruir todas as certezas provisórias, isto é, havia a necessidade de pôr em dúvida o que, até este momento, tinha considerado uma verdade indubitável. E, para destruir todas as concepções até então presentes, e construir um novo edifício da filosofia, Descartes considera que era necessária uma árdua tarefa, ou seja, havia a necessidade de “demolir desde a base e começar de novo desde os alicerces” (*apud* WEISCHEDEL, 2001, p. 136).

Por outro lado, também tinha ciência das dificuldades a serem enfrentadas, especialmente frente a todos os riscos inerentes à liberdade de pensamento. Para tanto, havia a necessidade de uma tarefa audaciosa e que produzisse algum resultado para a filosofia moderna. Por isso, fundamentou a sua pretensão no sujeito e em sua liberdade.

Porém, mesmo quando Descartes efetivamente resolveu colocar à prova tudo o que havia considerado tão evidentemente certo, de imediato começou a vacilar. “Como se de súbito tivesse caído em águas muito profundas, estou de tal modo surpreso que não posso nem firmar os meus pés no fundo, nem nadar para me manter à tona” (DESCARTES, 1983, p. 91).

Ab initio, apontou como duvidosa a realidade do mundo externo, isto é, deixou em dúvida que as coisas sejam verdadeiramente tal como aparecem perante o ser humano. Aliás, chegou a ponderar se elas de fato existiam.

Neste contexto, trouxe à tona a frequência com que nossos sentidos nos enganam. No entanto, Descartes lembra que não poderá pairar dúvida apenas em relação à própria existência corporal. Ainda, assim, tal afirmação deverá ser vista com restrições, pois a nossa existência física, segundo Descartes, poderia ser apenas resultado de um sonho.

Ainda, Descartes menciona que algumas verdades subsistem no tempo, no espaço e, portanto, na feliz expressão utilizada pelo filósofo, são *inamovíveis*. A título de exemplo desta realidade, ele menciona o cálculo matemático e os conceitos gerais como dilatação e forma. Porém, o filósofo cartesiano ainda assim pondera que, numa análise extremamente radical nesses elementos, observa-se que o conhecimento submerge-se na dúvida.

De outro lado, como dimensiona René Descartes, essas verdades “são ligadas de modo inseparável à estrutura intelectual do homem” (WEISCHEDEL, 2001, p. 137). Por evidência, que não há como deixar de concordar com o filósofo quando menciona que, apesar destes aspectos estarem ligados à estrutura intelectual do homem, pode ocorrer que este, em face de sua própria natureza, esteja enganado até mesmo ao que se considera mais certo.

Assim, a busca da verdade é uma luta constante do pensamento contra os sentidos e, sobretudo, visando acabar com as ciladas provocadas pela linguagem.

2. O DISCURSO DO MÉTODO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

O principal objetivo deste capítulo é demonstrar que é imprescindível, para novos conhecimentos e para a busca da verdade, não aceitar as primeiras informações advindas dos sentidos como parâmetro para bem decidir acerca de temas importantes ao contexto humano.

Lembrando que a tendência da pessoa humana é buscar a acomodação no intelecto – racional – e, com isso, a dura realidade a ser enfrentada: impede o ser levantar da situação de conforto e, assim, aceitar todas as informações como verdadeiras.

Esta ausência da capacidade do desejo de “pensar”, indagar, discutir e trazer à tona novos parâmetros no agir, conduz as pessoas a um grau de acomodação e, como tal, advém o impedimento da busca da verdade, o crescimento na informação e o aperfeiçoamento do intelecto.

2.1 Discurso do Método

Toda construção do conhecimento em busca da verdade deve passar, necessariamente, pelo crivo do racional. Conforme será exposto, devemos nos libertar de todas as nossas opiniões já formadas e, assim, de imediato, estabelecer o princípio da dúvida e organizar o pensamento ordenadamente.

René Descartes destaca a importância do estudo do discurso sobre o método para bem conduzir a razão na busca da verdade dentro da ciência. Em sua obra, Descartes apresenta um procedimento ou modelo quase que no âmbito matemático a fim de conduzir o pensamento humano, eis que a matemática possui uma característica marcada pela certeza, isto é, a ausência de dúvidas.

Tanto o *Discurso do Método*, ao lado das *Meditações sobre a filosofia primeira*, quanto os *Princípios da filosofia* e as *Regras para direção do espírito*, fazem parte do chamado cartesianismo e, sobretudo, são a base da teoria do conhecimento (epistemologia) de René Descartes.

A origem deste método está fundamentada em três sonhos ocorridos no ano de 1619, quando surgiu a ideia de encontrar um método universal para descobrir a verdade, especialmente a partir da razão, fato, aliás, não muito comum numa época em que o homem moderno abandonava o período medieval onde prevalecia a autoridade eclesiástica.

A partir de Descartes, as percepções que o ser humano utilizava no seu cotidiano – principalmente a partir dos sentidos – começava a ser rejeitada e, por óbvio, para atingir o

conhecimento, era imprescindível que se abandonasse os sentidos e começasse a percorrer o caminho da razão. Daí surgiu o princípio básico que norteia a vida de Descartes: *penso, logo existo*.

É importante apontar, ainda, que Descartes elabora um método constante de quatro regras básicas (formadas por princípios). Tais regras estão presentes naquilo que compõe o chamado *Discurso do Método* (DESCARTES, 1979, p. 56-58):

1) *Princípio da dúvida/evidência*: Nunca aceitar algo como verdadeiro sem primeiro conhecê-lo como tal, isto é, evitar a prevenção e a precipitação;

2) *Princípio da divisão/simplificação*: dividir o problema em tantas partes quantas forem possíveis e necessárias para resolvê-las (análise);

3) *Princípio do ordenamento/enumeração*: conduzir o pensamento por ordem, partindo dos objetos mais simples para os mais complexos, resolvendo primeiro um mais fácil e depois o outro mais complexo (síntese);

4) *Princípio da revisão/exatidão*: efetuar numerações tão completas de modo a ter certeza (exatidão) de nenhum elemento ter sido esquecido.

René Descartes ponderava se, aplicando esse método aos objetos de estudo, seriam eles tão evidentes que nenhum poderia ser colocado em dúvida. É necessário ressaltar que, eventualmente, se todos os objetos que chegam à razão através dos sentidos podem nos enganar, não existe nada que seja colocado ao ser humano que não possa ser colocado em dúvida. Porém, se de um lado é possível duvidar de tudo, por outro, não podemos duvidar de apenas uma situação: do fato de estarmos duvidando. Assim, em toda a dúvida está presente uma certeza: a certeza de que o sujeito duvida ou a certeza do ser que duvida. Além disso, se toda a dúvida está presente a uma certeza de que o sujeito duvida, por óbvio, há outra certeza acerca da relação do homem com a vida: a existência.

É disso que advém o pensamento marcado com esta certeza: a certeza do cogito: *penso, logo existo*. Como consequência disso, em nosso cotidiano humano, advém a infeliz certeza de que a epistemologia do ser está marcada e construída somente a partir de certezas falíveis, isto é, não confiáveis, pois advindas dos sentidos. É disso que também advém o questionamento básico de Descartes: “como posso confiar naquilo que é capaz de me enganar?”.

Porém, como se deve proceder para evitar que se permaneça na certeza de que o conhecimento surge a partir das experiências externas advindas dos sentidos e que, portanto, nada mais existe além disso? Frisa-se, é a partir do pensamento que podemos concluir que não existe uma relação entre corpo e espírito, uma vez que é possível até mesmo duvidar que possuímos um corpo, mas não a capacidade de pensar.

Além disso, na medida em que é possível duvidar, descobre-se como a capacidade de pensar é imperfeita. Assim, de onde surge a pretensão de se admitir a perfeição? A resposta é, mais uma vez, singela. Não pode surgir do mundo, pois neste não a encontramos; não pode também ter sido criada pelos homens, na medida em que o ser é imperfeito. Embora seja extremamente paradoxal, mas é importante ressaltar, que embora o ser seja imperfeito, ele possui a capacidade de reconhecer que existe perfeição.

Então, como dimensiona Descartes, a ideia de perfeição advém daquele que criou o homem, isto é, de Deus, um ser criador de todas as perfeições. Mas, como pode um ser perfeito ter criado outro a sua imagem e semelhança de forma tão imperfeita?

É importante ressaltar, ainda, as eventuais diversidades de opiniões que podem afetar o nosso pensamento. Neste aspecto, observa Descartes:

A diversidade das nossas opiniões não provém de um serem mais razoáveis do que os outros, mas apenas de que conduzimos os nossos pensamentos por vias diversas e não consideramos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, mas o principal é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, como também das maiores virtudes” (DESCARTES, 1979, p.39).

Diante deste contexto e, sobretudo, considerando as eventuais diferenças de pensamento, resta evidente que a única maneira de conhecer a verdade é procedermos de forma metódica. Foi assim, que Descartes enfatizou um caminho que passou a percorrer: “Formei um método que me parece ter dado a possibilidade de aumentar, gradualmente, o seu conhecimento e de elevar, pouco a pouco, ao mais alto grau a que a mediocridade do meu espírito e a curta duração da minha vida que lhe permitirão chegar (DESCARTES, 1979, p. 41).

No *Discurso do Método*, René Descartes admite a existência do ser pensante e, a partir disso, avança em direção à certeza da existência de um Deus e, como consequência, constata que é impossível ao homem a prática do erro. Para tanto, a fim de atingir a verdade através do conhecimento científico, propõe que sejam seguidas as regras do método.

Quando for possível atingirmos a verdade através do conhecimento humano e utilizando as regras do método – e não mais pela subjetividade (experiência, emoções, fantasias e sonhos...) – até mesmo Deus se tornará irrelevante ao saber-conhecimento.

2.2. A estruturação do discurso do método

O *Discurso do Método* está dividido em seis partes, sendo que, em cada uma delas, é realizada uma abordagem focada a partir dos parâmetros da educação, especialmente da formação de Descartes com os parâmetros da ciência.

René Descartes (1979) menciona que a diversidade das nossas opiniões não vem da capacidade de alguns conhecerem o verdadeiro mais que os outros, mas, sim, da forma que é conduzido, ou seja alguns conduzem bem e outros, muito mal.

Descartes entendeu por bem expor os seus estudos realizados no colégio de La Flèche; admitiu que estudou com excelentes professores e obteve um profundo crescimento intelectual nas mais diversas áreas (humanas, filosofia, matemática...) e, logo mais à frente, estudou direito e medicina na universidade de Poitiers.

Contudo, nessa primeira parte de sua reflexão, admitiu sua inquietude com aquilo que lhe foi apresentado, especialmente quando esperava um conhecimento claro e seguro à vida. Aliás, após concluir todos esses estudos saiu ao mundo para viajar e, sobretudo, na esperança de descobrir a verdade. E, após inúmeras viagens, encontrou somente diversidade e contradições entre os costumes dos homens; destaca-se, que já havia vislumbrado isso com as mais diversas opiniões de filósofos. Na plena inquietude resolveu procurar a verdade dentro de si mesmo e, acima de tudo, no seu próprio pensamento.

Na segunda parte da obra, surgem as principais regras a fim de atingir a prática científica; na terceira, as principais justificativas sobre o método; na quarta, a prova irretorquível da existência de Deus, e a relação da alma e o corpo; na quinta, é discutida a aplicação do método a questões físicas, especialmente com relação à medicina e às questões do corpo; na sexta, Descartes procura explicar as razões que o levaram a escrever o *Discurso do Método*, pois visava atingir o essencial para o progresso do conhecimento.

Assim, o *Discurso* tem por objeto o método e dá testemunho da universalidade do procedimento pelos quais os problemas de filosofia natural são resolvidos nos Ensaios. É no *Discurso* que Descartes aponta o caminho até o método e, acima de tudo, expõe as razões para sua adoção. Assim, é neste procedimento que o filósofo cartesiano enumera o roteiro dos procedimentos de seu método, pois é através do método que se tem acesso à solução final de um problema dado (forma que o pensamento procura se organizar). É importante mencionar, ainda, que no momento em que Descartes procura pensar os problemas de sua filosofia, ele o faz obedecendo aos procedimentos contidos nas regras. Portanto, no *Discurso do Método* demonstra a forma com que Descartes pretende organizar o pensamento, ou seja, é a forma com

que o filósofo procura pensar os problemas de sua filosofia e, como tal, divide-se em seis partes, agora com um estudo mais aprofundado acerca de cada uma delas.

No que segue, é apresentada uma breve síntese reconstrutiva de cada uma das partes desta importante e influente obra de Descartes, o *Discurso do Método*.

2.2.1. A primeira parte

Como mencionado na parte inicial deste capítulo, a formação intelectual de René Descartes demonstrou que não se pode apenas recorrer à utilização dos métodos racionais, eis que insuficientes para que a pessoa humana possa aprender a separar – por conta própria – o certo do incerto, o verdadeiro do falso, o seguro do inseguro. Trata-se de questionar se o que possui na bagagem de juízos acumulados é realmente seguro, isto é, mais que muito provável: absolutamente certo.

Descartes demonstra, nesta primeira parte do *Discurso*, que esta certeza absoluta não é encontrada nem na formação acadêmica (por melhor que seja ela), nem mesmo na prática, ou seja, por mais experiência que se obtenha ao longo da existência humana nada é possível quanto à certeza, se, nas duas situações, não houve um programa que viesse a organizar nossos juízos em razões sustentáveis e certezas fundamentais que justificasse nossos juízos e nossas experiências, aceitando como evidentes.

2.2.2. A segunda parte

Neste capítulo, Descartes discorre sobre as resoluções de como reorganizar nossos juízos da forma extraída da primeira parte, isto é, aqui encontramos as regras do método, que serão, no presente trabalho, minudenciadas em momento próprio.

As regras do método têm por objetivo responder à dificuldade apontada na primeira parte do *Discurso*, ou seja, pretendem encontrar uma solução evidente que permita reorganizar nossos juízos e esperam neles, o falso do verdadeiro.

2.2.3. A terceira parte

São as regras da conduta moral que devem ser aplicadas enquanto se investiga a validade dos juízos extraídos e apontados na segunda parte.

2.2.4. A quarta parte

Aponta um resumo acerca dos resultados doutrinários da investigação sobre a filosofia primeira, ou seja, como deve ser aquele que conhece e aquilo que deverá ser conhecido a fim de que as regras do método sejam efetivamente bem aplicadas.

2.2.5. A quinta parte

Neste tópico, observa-se que Descartes apontou a aplicação das regras do método e, sobretudo, acabou mostrando as soluções que ele permitiu desenvolver para os vários problemas de filosofia natural que afetavam o cotidiano e causavam controvérsia naquele período.

2.2.6. A sexta parte

Constata-se, nesta parte, o estado em que estavam as investigações de Descartes no momento em que escrevia o Discurso. O filósofo propõe uma série de questões que podem e devem ser resolvidas a partir do método proposto.

2.3. Eis a execução – discurso do método

Tendo em vista que Descartes tomou conhecimento de que a igreja católica havia condenado Galileu – por defender o sistema de Copérnico – entendeu por bem não publicar a sua obra o “Mundo”, escrita em 1633. Por outro lado, René Descartes acabou escrevendo o tratado de ciência onde o mesmo expôs um método de se atingir a verdade. Assim, publicou a sua principal obra com o título *Discurso do Método*, como subtítulo *Para bem conduzir a razão e procurar a verdade nas ciências*.

Destaca-se, que o objetivo no *Discurso do Método* e nas *Meditações* consiste em propor uma resposta definitiva ao ceticismo que pairava no pensamento filosófico. Assim, segundo Descartes (apud CAVAILLÉ, 1991, p.12) a partir do momento que assumiu a dúvida e acabou levando-a ao ponto em que ela se transforma em certeza absoluta no preferir “eu penso”, à evidência, Descartes fundou uma filosofia da verdade capaz de garantir o desenvolvimento da ciência moderna, e surgindo um novo estatuto metafísico e moral do sujeito com este novo saber.

Além disso, o programa de Descartes consiste no estabelecimento e no desenvolvimento do uso disciplinado da liberdade de arbítrio para o conhecimento do real e, assim, busca atingir a verdade através da razão.

A razão humana – e aquilo que é real apurado a partir dela – deve coincidir para fins de realização da sabedoria. Assim, a sabedoria humana, na visão de Descartes, é a expressão da liberdade realizada.

Destacam-se, novamente, as dificuldades na execução do projeto, especialmente porque esse fora realizado fora das universidades, em face da presença constante da filosofia escolástica que era ensinada e praticada naquele período (séc. XVII).

Em razão dessas dificuldades enfrentadas, por óbvio, Descartes transcreveu seus textos sob a forma de correspondências enviadas e recebidas por seus interlocutores dentro e fora das universidades.

O *Discurso do Método* possui praticamente dois grandes objetivos: primeiro, busca esclarecer a forma como se disciplina a *vontade* para seguir o conhecimento intelectual segundo a razão. Segundo, Descartes mostra o que ele entende por razão, a forma de alcançá-la e preservá-la e, sobretudo, demonstra as características de uma forma de pensar que cumpre os requisitos de sua concepção de sabedoria humana.

Porém, não podemos perder de vista que a finalidade fixada por Descartes à ciência no *Discurso do Método*, sem dúvida, é a aquisição da sabedoria, ou seja, “descobrir a verdade nas ciências para bem conduzir a sua vida”, conforme nos indica o filósofo no subtítulo da obra mencionada.

Mas por que Descartes tratou como ciência? Nos *Princípios*, Descartes apresentou a moral como a mais alta e mais perfeita, isto é, o último grau da sabedoria e, como tal, uma ciência que pressupõe o conhecimento de todas as outras (CAVAILLÉ, 1991, p.18). Aliás, o próprio Descartes sempre ressaltou a importância da relação entre o saber e a moral.

Ainda na obra *Princípios*, Descartes aponta que a natureza e a sociedade obedecem a uma mesma estrutura: a teatralidade. Por isso, o filósofo ensina que, se a “tarefa da moral é ensinar-nos como nos devemos comportar no palco do grande teatro do mundo, cabe à ciência empreender a desmontagem dos seus alicerces técnicos” (CAVAILLÉ, 1991, p.19).

É por essa razão que o filósofo ressalta que a ciência é indissociável da moral, considerando aquela o seu desfecho prático.

2.4. As regras do método

Na sua principal obra *Discurso do Método*, René Descartes nos apresenta as Regras do Método. Porém, antes disso, é importante destacar que, por razões de segurança racional, devemos renunciar completamente todas as opiniões que até então ensinaram, vindas de diferentes fontes eram muito díspares e, assim, devemos substituir por aquelas que a própria razão constrói.

Nesse sentido, Descartes preocupado em evidenciar um caminho seguro para a razão, aponta as regras imprescindíveis para atingir a verdade (DESCARTES, 1979, p. 56-58):

A) 1ª REGRA – Nunca admitir alguma coisa como verdadeira, sem a conhecer evidentemente como tal; isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, bem como não aceitar nos seus juízos nada que não se apresentasse tão clara e distintamente ao seu espírito que não houvesse ocasião alguma de a pôr em dúvida.

B) 2ª REGRA – Dividir cada um dos problemas que examinasse em tantas partes em quantas fossem necessárias para melhor os resolver.

C) 3ª REGRA – Conduzir por ordem os seus pensamentos, partindo dos objetos mais simples, para subir pouco a pouco, gradualmente, até ao conhecimento dos mais compostos. Supor também a ordem entre os que não se sucedem naturalmente uns aos outros.

D) 4ª REGRA – Fazer por toda a parte enumerações tão completas e revisões tão gerais que tivesse a certeza de nada omitir.

2.4.1. Análise de cada uma das regras a partir da interpretação específica de cada texto.
Aplicação das regras nas regras

Para que possamos analisar cada uma das regras é imprescindível, a título de estudo, identificarmos as letras “A” e “B” como ‘problema’ e as letras “C” e “D” como solução.

Assim, após essa exposição, é importante destacar a seguinte pergunta: Por que essa é a ordem em que aparecem as regras? Como resposta temos o fato de que estas visam passar do problema à solução.

A prova disso encontra-se no estilo preconizado na quarta regra, pois é perfeitamente identificado que, a partir de uma enumeração completa, é possível chegar a uma determinada conclusão.

As duas primeiras regras tratam da dificuldade em conhecer alguma coisa. O fato ainda não é conhecido. As duas últimas tratam do conhecimento de alguma coisa, especialmente pelo pensamento, ou seja, o fato já é conhecido. Bem por isso, a importância da ordem apresentada.

Pois bem. Considerando os aspectos traçados, pode-se perfeitamente justificar a ordem da seguinte maneira. O que é problema em “A” e “B” (problema) é o mesmo que será solucionado em “C” e “D” (solução).

No entanto, ponderamos se isso é suficiente para justificar – como argumento – o aceite de que as duas primeiras regras devam anteceder as duas últimas ao se tratar de uma passagem do problema para a solução. Sem dúvida, porque as regras indicam a boa condução do *método* e, sobretudo, isso produz uma solução a partir do problema. Para Descartes, a solução se desenha a partir do problema proposto, mas há um limite para isso, uma vez que não é possível encontrar uma solução desde um problema absoluto, pois para que o método possa funcionar é preciso que estejam disponíveis algumas “evidências”.

2.4.2 - As regras devem ser aplicadas na ordem exata de sua exposição, ou seja, se “A” deve preceder “B” por algum motivo, e se “C” deve preceder “D” por algum motivo?

Isso somente pode ser feito a partir da análise de cada uma das regras isoladamente, ou seja, numa espécie de dissecação de texto. Aliás, é perfeitamente possível afirmar que as Regras do Método devem ser aplicadas voltadas ao próprio texto, isto é, aplicam-se as regras na própria regra. A partir da análise da estrutura completa de seus argumentos faz-se uma redução a uma estrutura mais simples em cada argumento.

2.5 Analisando as regras

Na sequência, norteados o trabalho a partir do respeitado Vieira Neto (2006), passaremos à análise de cada uma das regras do método, tentando explicitar as minúcias de suas significação.

2.5.1. Primeira regra

Nunca (1) admitir alguma coisa como verdadeira (2), sem a conhecer evidentemente como tal; isto é, evitar (1’) cuidadosamente a precipitação e a prevenção e (2’) não aceitar nos

seus juízos nada que não se apresentasse tão clara e distintamente ao seu espírito que não houvesse ocasião alguma de a pôr em dúvida.

A teor das enumerações (1, 2, 1' e 2') proporcionadas no texto, se observa o quanto é importante dividir o enunciado da primeira regra em duas partes iniciais (1, 2) e duas partes finais (1', 2').

As duas iniciais correspondem: (1) ao *aceitar* nenhuma coisa como verdadeira; (2) se não soubesse com *evidência* que ela efetivamente era desta forma.

Antes da análise do texto em si, convém ressaltar a presença na primeira parte do verbo “aceitar”, ou seja, está presente no seu contexto o elemento volitivo (vontade). Todavia, na segunda parte se observa a expressão “evidência”. É óbvio que as duas sentenças iniciais – por corresponderem à mesma regra – estão intimamente ligadas pelo mesmo propósito de interpretação e abrangência.

Todavia, mesmo buscando a relação existente entre as duas iniciais observa-se que existe um paradoxo no próprio texto, ou seja, a primeira regra, embora relevante, sofre restrições na interpretação mesmo à luz das ideias de Descartes. Ocorre que o verbo “aceitar” está intimamente ligado à vontade humana, enquanto que a expressão “evidência” deixa claro que a mesma não depende da vontade humana, isto é, ela vai surgir independentemente da intervenção humana. Naturalmente, esta “aceitação do evidente” (aceitando o surgimento do mesmo), depende da vontade, porém não o modifica ou o destrói, apenas o valoriza.

Quando a primeira regra condiciona *ser aceitável como verdadeiro apenas o que é evidente*, observa-se que essa aceitação é uma qualificação do *evidente*. Destaca-se, ainda, que *ser aceitável* pressupõe e diz respeito a algo relacionado à vontade. É uma espécie de sugestão para a vontade diante de uma alternativa possível: *aceite*, se evidente; *rejeite*, se não for completamente evidente.

Mas, qual o significado ou o alcance da expressão “evidente”? Como já mencionado, por evidente não é algo que aparece repentinamente por força da vontade de alguém, ou seja, não se produz pela simples força do “querer”.

Assim, é importante apontar uma formulação em sentido contrário, isto é, dando ênfase ao aspecto negativo da regra:

- (a) não se deve aceitar nenhuma coisa como verdadeira.
- (b) não soubesse com evidência que ela era assim.

Uma análise na regra apontada nos remete a um raciocínio lógico: a expressão *nunca admitir* equivale a mencionar que não se deve aceitar nenhuma coisa como verdadeira, *se não* deparar com a mais completa evidência. Assim, caso isso não venha a ocorrer (se deparar com

a mais completa evidência), deve-se rejeitar tudo como falso. Na continuidade da análise e, sobretudo, em adição ao raciocínio apontado, observa-se que logo em seguida aparece a expressão “*se não*”, o que indica que se está condicionando à imperiosa necessidade de se deparar com a mais completa evidência para que, somente depois, possa-se aceitar algo como verdadeiro.

Tal fato deixa claro que se deve rejeitar tudo como falso se não deparar com a mais completa evidência, isto é, fique com o evidente, rejeite tudo mais como falso. É plenamente possível, portanto, ter uma visão diferenciada na leitura desta regra, complementando-a da seguinte forma: *somente se pode aceitar como verdadeiro aquilo que está completamente evidente, devendo-se rejeitar como falso o que não tem evidência completa, ou seja, na menor dúvida tudo deve ser tomado por falso.*

Neste sentido, pondera o professor Paulo Vieira Neto, em sua obra *Seis Filósofos na Sala de Aula*, que se deve preferir “errar dizendo que uma coisa é falsa a errar dizendo que ela é verdadeira” (2006, p. 97).

Mas, qual a razão de toda essa precaução? A razão está contida na segunda parte da regra mencionada, ou seja, nas partes (1’) e (2’), que, por óbvio, bem justificam e explicam as razões das partes anteriores (1) e (2).

Quando René Descartes afirma que *não se deve aceitar uma coisa como verdadeira*, está referindo que se deve evitar cuidadosamente a *precipitação e prevenção*, isto é, no primeiro caso os cuidados com relação à infeliz tendência de julgar mais rápido que o recomendável, especialmente se vier acompanhado da nossa dificuldade em ordenar nossos juízos em um todo de forma coerente. Na segunda situação, ou seja, na prevenção, a tendência a evitar a responsabilidade de um juízo seguindo uma opinião pré-existente ou fabricada, principalmente porque não passou pelo crivo da investigação, mas infelizmente é aceita de forma arbitrária pela parte de quem investiga.

É importante destacar que é plenamente possível evitar esses dois vícios. Para isso, basta aceitar apenas o evidente por verdadeiro e tomar todo o restante por falso. E, de imediato, abstrai-se uma consequência da primeira regra, qual seja, de que com ela cumpre-se a pretensão de se desfazer as opiniões que recebemos em nossa educação e que nos advém da tradição. Assim, se demonstra a importância que, efetivamente, deve-se considerar como absolutamente falso aquilo que não completamente marcada pela evidência.

Partindo da premissa de que devemos nos desfazer de todas as opiniões até então existentes e, acima de tudo, considerando como falso aquilo que não é completamente evidente, deve-se reformar as opiniões e, substituindo-as por conhecimento, certamente resgatáramos a

verdade naquilo que até então era duvidoso. Assim, devemos rever os juízos, na medida em que estamos lidando apenas com as evidências. Somente assim atingimos o conhecimento e, como consequência, a verdade.

Mas, qual a verdadeira função da regra? Ela concede a correta orientação entre o falso e o verdadeiro pela aceitação metódica apenas da evidência.

Em análise à lição de Vieira Neto, é possível compreender que, efetivamente, é através da orientação metódica apenas da evidência que conseguimos observar o limite entre o falso e verdadeiro. Porém, pondera, ainda, que é também “pela rejeição do não evidente como falso, a fim de separar, em conjunto de juízos, o que era precipitado e prevenido do que realmente era aceitável” (2006, p. 99).

Em que pese a posição adotada pela doutrina acima, observa-se que, ao contrário do que menciona o texto, pela “aceitação” do não evidente como falso é que podemos reformar algumas opiniões é que resgatamos a verdade e, sobretudo, é plenamente possível separar o que era precipitado e prevenido do que realmente era possível aceitar.

Aliás, as consequências disso estão apontadas por René Descartes (1979, p. 30) na segunda parte (2’) da primeira regra, ou seja, tudo deveria se apresentar “tão clara e distintamente ao seu espírito que não houvesse ocasião alguma de a pôr em dúvida”.

Da mesma forma, Vieira Neto pondera, com a maestria que lhe é peculiar, a importância da análise desta parte (2’) da primeira regra, ou seja, tudo estaria “tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse nenhuma oportunidade de duvidar” (2006, p. 100).

2.5.2. Segunda regra

Pressupõe a segunda regra uma divisão: (1) Dividir cada um dos problemas que examinasse em (1’) tantas partes quantas as necessárias (1’’) para melhor resolver.

Pelos elementos apontados anteriormente já se constatou que a primeira regra separou precipitações e prevenções. Ficou apurado o verdadeiro como absolutamente evidente. Além disso, ficou claro que os juízos considerados falsos ou que continham alguma dúvida, são mesmo falsos.

A partir da segunda regra, torna-se relevante resgatar, dentro de todo o conjunto dos juízos falsos, aquilo que realmente é verdadeiro.

Mas, qual o procedimento a ser adotado? Por óbvio, não é a partir do que não é evidente, até porque, consoante observamos na primeira regra, tudo o que é duvidoso deve ser considerado falso. Assim, existe somente um meio de resgatar as verdades que eventualmente

tenham sido rejeitadas pelo método: são as evidências. Apenas elas é que podem auxiliar a restabelecer as verdades temporariamente abandonadas. Porém, essas verdades – oriundas das evidências – aparecem agora como dificuldades, ou seja, como problemas que não possuem mais origem nas antigas opiniões.

Em análise à segunda regra, observamos que a mesma traça um novo roteiro, especialmente porque divide as dificuldades dadas em outras menores, isto é, busca-se antes as dificuldades menores e mais fáceis que, juntas, ajudam a completar as tarefas maiores e mais difíceis. Somam-se as evidências e, após isso, dividem-se em partes, partindo das dificuldades menores e mais fáceis até as maiores e mais difíceis. Uma verdadeira operação matemática, onde a soma e a divisão atingem e visam um único objetivo: a verdade.

Não se pode olvidar que, efetivamente, cada uma dessas operações menores também pode surgir outras dificuldades. Procuram-se, assim, quais as operações que podem facilitá-la, e por ordem até que as inúmeras operações encontrem apenas evidências como ponto de partida.

Destaca-se que a segunda regra não menciona apenas que se deve dividir uma operação em operações auxiliares até encontrarmos as evidências que nos ajudam a resolvê-la. É preciso avançar muito além de apenas dividir as tarefas. É necessário dividir as dificuldades em tantas partes quanto forem necessárias e possíveis para solução do problema.

É importante frisar, ainda, que René Descartes não menciona como dividir um problema em outro mais simples, até que esses problemas sejam divididos em elementos evidentes. E a razão é simples: o filósofo está tratando dos problemas em geral e, por óbvio, a forma de dividir um problema está vinculada – intimamente – a cada problema em si. Portanto, não basta simplesmente o desejo em dividir um texto determinado para fins de análise, pois em cada texto aparecerão as razões particulares para dividi-lo. Da mesma forma, naturalmente, em cada problema.

Assim, se não existe uma fórmula específica de divisão de texto – por isso Descartes aponta para os problemas em geral – à evidência, é o problema particular que vai revelar a forma correta de ser dividido.

É importante mencionar que o método cartesiano não possui o condão de conceder uma solução para cada problema apresentado, embora acabou propondo que todo verdadeiro problema deve ter uma solução. Esta proposta cartesiana concede solução a uma outra situação que vem justificar a quase-certeza de que isso seja sempre possível: o mundo (ele próprio e os seres que o compõem) obedece ao parâmetro da razão. Assim, há uma razão no mundo que permite dividir os problemas em partes adequadas e, sobretudo, de forma correta.

2.5.3. Terceira regra

Conduzir por ordem (1) os seus pensamentos, partindo dos objetos mais simples, para subir pouco a pouco, gradualmente, até ao conhecimento dos mais compostos. (1') Supor também ordem entre os que não se sucedem naturalmente uns aos outros.

Pelo teor dos elementos apontados na terceira regra, conclui-se que esta fora dividida de forma diferente das anteriores, pois consta de uma única cláusula com uma adição (1, 1'), ou seja, a segunda parte (1') reforça a anterior (1).

Observa-se que os objetos encontrados no final da regra anterior são retomados, nesta terceira regra, em ordem. Assim, divide-se um problema apontado em outros menores, e esses em problemas ainda menores até que não nos deparamos mais com problemas, mas com evidências. Destaca-se, ainda, que a ordem dessa divisão, não precisa corresponder exatamente à solução do problema maior.

Para René Descartes, explica Vieira Neto (2006, p. 108), “a solução de um problema deve permitir que a clareza e a evidência com que se pensam os princípios de sua solução se mantenha inteira até o fim do expediente que resolve o problema”.

Mas, qual a verdadeira consequência disso? A solução de um problema passa a ser também uma evidência e, dessa, advém outros problemas, de sorte que, ao final de cada problema resolvido, advém a capacidade de solucionar outros problemas mais difíceis, ou seja, atingimos um progresso indefinido de conhecimento. Assim, quanto mais conhecemos, mais somos capazes de conhecer novos objetos e, conseqüentemente, de resolver problemas cada vez mais difíceis.

É importante mencionar que isso não significa que o cartesianismo propõe uma dissecação anatômica do conhecimento e do problema apresentado. A intenção de Descartes sempre foi de esclarecer como funciona uma demonstração rigorosa e, acima de tudo, estabelecer as condições que devem cumprir o conhecimento seguro do real, visando atingir a verdade.

2.5.4. Quarta regra

Consiste, a quarta regra, em fazer por toda a parte enumerações tão completas e revisões tão gerais que tivesse a certeza de nada omitir.

Esta regra vem complementar a regra anterior, ou seja, é imprescindível para que a terceira regra venha resolver os problemas de forma definitiva. Seu enunciado é claro e simples, e, por isso, não precisa ser dividido em cláusulas ou itens como nas regras anteriores.

Nas duas regras iniciais, ficou estabelecido o procedimento da divisão de um problema. Na terceira regra adveio a fórmula da importância da reorganização do problema com a divisão pela ordem das evidências. A terceira regra resolve o problema, mas não fecha questão quanto a isso. Nesta quarta regra objetiva-se atingir a recuperação de todo o problema analisado, mantendo a memória da solução. Afinal, somente podemos dizer que um problema está resolvido na íntegra, quando temos a visão do todo e a certeza a respeito de cada parte da solução.

Portanto, a demonstração integral do problema se conclui somente quando for possível demonstrar que ela possui o domínio daquilo que estava em discussão no problema e, sobretudo, quando tiver a certeza de que nada mais resta por fazer. Esse é o princípio básico da quarta regra.

A partir da demonstração – certeza de que nada mais resta por fazer – surge um movimento contínuo, ou seja, de evidência em evidência, advém um repertório de certezas.

É verdade que não podemos esquecer a importância das três regras anteriores e, acima de tudo, que as mesmas devem ser seguidas nos moldes traçados. Assim, se as regras anteriores forem seguidas à risca, não há perigo de alguma incerteza ter escapado da consideração do método e o problema apresentado será completamente resolvido, sem que venha pairar qualquer dúvida a respeito da forma de atingir a solução.

A quarta regra assegura o resultado da aplicação das anteriores para a memória. Diante do contexto, constata-se que, no final da aplicação do método, é possível tomar o problema como resolvido e sua solução como premissa para a solução de outros problemas mais complexos ou difíceis, porém, sempre com um número maior de evidências asseguradas.

Neste raciocínio que nos conduz ao infinito, surge, por óbvio, um conjunto de novos juízos a serem transformados em problemas passíveis de solução com as evidências que se pode acessar pela memória. O círculo se fecha e, diante desses novos problemas que surgiram, é plenamente possível buscar apoio no método e, conseqüentemente, dar-se-á início a tudo outra vez a partir dos problemas que surgiram novamente e restaram presentes, rumo ao infinito.

É necessário, contudo, ponderar que o resultado final disso tudo é, sem dúvida, que o método solidifica a sabedoria humana.

2.6. O que as regras não explicam

Por que se deve pensar o conhecimento como demonstração e, principalmente, qual a vantagem disso? Algumas pistas surgem a partir de uma leitura acentuada de cada uma das regras.

A primeira pista pondera a respeito da liberdade em aceitar alguma coisa como falsa ou como verdadeira. Pressuposto, aliás, da primeira regra.

Observa-se que, efetivamente, qualquer um poderá insistir em tomar o que é duvidoso por verdadeiro ou em aceitar os juízos apenas prováveis como verdadeiros. Verifica-se, ainda, que mesmo após o uso do método, está presente o elemento liberdade, pois se continua livre para qualquer situação.

No entanto, não se pode perder de vista que, após o método (que visa o conhecimento seguro), aquele que não aceitá-lo, assume o risco e as responsabilidades por eventuais enganos. Afinal, o uso do método nos propõe atingir o conhecimento seguro. Qualquer entendimento contrário é de responsabilidade do agente que é livre por seus juízos. Isso implica que, para quem desejar refutar o método, por óbvio assume a responsabilidade de demonstrar em contrário.

Por outro lado, nas regras de direção do espírito, Descartes ponderava que, de todas as atividades humanas, a filosofia era a única que dispensava o talento. Afinal, a filosofia não depende da disposição do corpo (poderá ser firme ou ágil, pesado ou leve), mas apenas da razão. Portanto, a disposição ao sim ou ao não está completamente em nosso controle. Alguns podem conduzir bem o corpo aliado ao objeto pesado ou não; *todos* podem conduzir bem sua razão.

Mas a utilização da razão – a filosofia está vinculada a ela – dá margem às situações de perigo. O primeiro deles está no fato de que temos liberdade, pois somos livres para aceitar o falso, para errar. Se pode, ainda, de forma infeliz e desacertada, impor nossos erros aos outros, basta, para isso, termos força ou engenho suficiente.

Qualquer demonstração com o conhecimento implica necessariamente que não seja considerada uma imposição forçada de uma opinião, pois o conhecimento advém através da razão e da liberdade. Qualquer um pode acabar com uma falsa demonstração, explicitando que ela parte de premissas falsas ou não evidentes.

Bem por isso, que na primeira parte do *Discurso do Método* se observa o seu verdadeiro espírito: a ciência se faz contra o preconceito, a prevenção e a fé, cega.

A filosofia cartesiana traz à tona a importância que se coloque em dúvida tudo o que sabemos, para que livremente possamos julgar, de uma forma universal e compartilhável, o que vale a pena e o que era apenas ilusão. Por isso, René Descartes sempre defendeu de forma

veemente a razão e a liberdade. Aliás, como bem ponderou Paulo Vieira Neto, a respeito do *Discurso do Método*: “Nele a ciência e a emancipação humana ainda andam de mãos dadas” (2006, p.114).

Finalmente, é importante ponderar que a posição teórica cartesiana deve ser seguida à risca, pois caso contrário estaríamos caindo num círculo vicioso, uma vez que devemos considerar todas as nossas opiniões como incertas – em face da possibilidade do engano (sua origem é nos sentidos) – por óbvio, devemos abandonar o preconceito anterior e adotar um outro – novo. Mas, se partirmos novamente para uma resposta para este “novo” a partir dos sentidos, estaríamos permanecendo na dúvida.

É verdade que, se existe a máquina da dúvida e, por isso, sempre abandonamos um preconceito e adotamos outro, todas as nossas opiniões são incertas. Então, o elemento da dúvida e a busca da verdade somente encontram amparo para atingir a certeza necessária, se partirmos para uma investigação profunda acerca dos fatos. Caso contrário, certamente encontraria o pensamento e o mundo viciados na sua origem e, com isso, qual seria a razão da existência se, efetivamente, tudo estaria fundamentado no erro e no vício?

Destaca-se, que os dados obtidos pelos sentidos são os resultados dos movimentos cerebrais – pensamento – ocasionados pelo contato das coisas exteriores. Não são qualidades, e sim aparências que atingem o nosso pensamento e, com isso, os resultados não são confiáveis. Com pouca luz no espírito, o nosso pensamento estaria empobrecido, fragilizado e sem a força necessária para resistir ao erro. É o pensamento que força a abertura do corpo para que esse possa recepcionar tudo aquilo que tenha força de buscar a verdade. Se não existir essa força interior (pensamento e a alma), o exterior (corpo) continuará recebendo informações equivocadas e, com isso, estará induzindo ao erro o pensamento que é a essência e a razão do ser. A força do ser está contida dentro do próprio ser, e não no exterior deste.

Aliás, o próprio René Descartes menciona que devemos ter cuidado para não interiorizarmos a ilusão, o engano, o erro, que não nos chegam de fora como uma fatalidade. Mantendo tudo sob o controle da razão, existe a possibilidade de nos desfazermos de uma vez por todas de nossas imperfeições e, sobretudo, não nos deixarmos ser atacados pelos vícios do corpo (sentidos).

Neste aspecto, Cavaielle (1991, p. 82-83), pondera:

O espetáculo cintilante do mundo só existe em mim, numa câmara escura, à porta fechada...o meu corpo, a que pertencem os meus sentidos, é o lugar da cegueira e da opacidade, entre o meu pensamento clarividente e os corpos de fora. Uma vez constituídos em objetos da ciência, estes corpos deixam-se pensar de modo puramente mecanicista. Mas doravante o próprio corpo, apreendido na sua imediatividade como

meu, cai também na exterioridade, torna-se um corpo do exterior, um objeto estranho ao meu pensamento: não pode ser conhecido senão sob o aspecto de uma máquina num universo de máquinas. A manipulação desta máquina habitada por uma alma fornece o argumento da moral, mas, antes do mais, da técnica: a medicina permite conservar a máquina em boas condições de funcionamento, as artes proporcionam-nos os meios de a utilizar em vista de conceder à alma prazeres sensíveis.

Destaca-se, ainda que tal aspecto já havia sido amplamente discorrido por Parmênides quando mencionava que “o conhecimento do sensível é falso. Ele nos ilude” (MENDONÇA, 1978, p.161). A exemplo dessa realidade, basta analisarmos uma situação real que vivenciamos em nosso cotidiano. Quando um carro cruza em sentido contrário ao que estamos viajando, temos a impressão de que o nosso aumenta sua velocidade, sem que isto seja real. E, nesse aspecto, constatamos as chamadas “ilusões dos sentidos”.

CONCLUSÃO

Restou perfeitamente demonstrado, desde a base da filosofia cartesiana, que os atos praticados por qualquer pessoa, muitas vezes, são viciados, eis que fundamentados na percepção ou sentidos. E, portanto, neste caso, por evidência não merecem credibilidade.

Descartes bem revelou que os sentidos nos enganam na análise de qualquer elemento apresentado. Assim, o conhecimento deve estar fundamentado na razão, pois em situações marcadas pela obscuridade e incertezas, é pela razão que se pode concluir entre o verdadeiro e o falso.

Com isso, o resultado advindo do estudo na busca da verdade em Descartes, concluiu-se facilmente quanto à importância de sua filosofia no mundo contemporâneo e no ordenamento jurídico atual, mesmo tendo sido desenvolvidas as regras do método e a dúvida ainda no ano 1637. Assim, após 384 anos, o homem moderno deve considerá-las para fins de qualquer análise e conclusão, persistindo a ideia de que as presunções de veracidade nos seus atos merecem críticas, pois o homem fundamenta a análise dos atos e fatos a partir dos sentidos que, por sua vez, podem conduzir ao engano.

Assim, valendo-nos dos ensinamentos de Descartes (de que a partir do racional é possível colocar em dúvida tudo o que advém dos sentidos), ficou bem demonstrada a importância da filosofia no mundo contemporâneo, o que permite seja proporcionada outra visão, mais acurada e eficaz perante o espírito. Frisa-se, nenhum ato ou fato poderá ser analisado ou concluído se não for a partir da visão de Descartes, sob pena de uma decisão injusta.

Destaca-se, portanto, que em face da existência dessas ferramentas adequadas e eficazes (o racional, a capacidade de colocar em dúvida tudo o que advém dos sentidos e a utilização das regras do método) essas contribuem na busca e na construção do conhecimento e consistem em fatores importantes para que possamos mergulhar nas profundezas dos fatos – especialmente pelo conhecimento científico – para bem apreciarmos as questões postas à análise.

Os princípios de Descartes constituem a armadura de todo o pensamento lógico e racional e, acima de tudo, orientam a atividade do pensamento correto visando atingir a verdade. Sem os princípios traçados pela filosofia cartesiana, o pensamento perde sua precisão, estabilidade e se torna confuso, incoerente, contraditório, errôneo ou falso e, como consequência, jamais atingirá a verdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACZEL, Almir D. *O caderno secreto de Descartes*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2005.
- AURÉLIO, Marco. *O Guia do Imperador*. S.l.: Ed. Academia, 2002.
- BAZARIAN, Jacob. *O problema da Verdade*. São Paulo: ed. Círculo do Livro, 1985.
- BENINCÁ, Elli. *Introdução à filosofia*. 11ª ed. Passo Fundo: Centro Diocesano Pastoral, 2000.
- CAVAILLÉ, Jean-Pierre. *Descartes, a Fábula do mundo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- COLLINSON, Diané. *50 grandes filósofos: da Grécia antiga ao século XX*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.
- DESCARTES, Rene. *As paixões da alma*. São Paulo: Editora DPL, 2004.
- DESCARTES, Rene. *Discurso do Método*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- DESCARTES, Rene. *Discurso do Método; Meditações; objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas*. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).
- DESCARTES, Rene. *Princípios da Filosofia*. Lisboa: Ed 70, 1997.
- FIGUEIREDO, Vinícius de (Org.). *Os seis filósofos na sala de aula*. São Paulo. Ed. Berlindes & Vertecchia, 2006.
- GARVEY, James; STABGROOM, Heremy. *Os grandes filósofos – de Sócrates e Foucault*. São Paulo. Ed. Madras, 2005.
- JESUS, Luciano Marques. *A questão de Deus na filosofia de Descartes*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.
- MARCONDES, Danilo. *Textos Básicos de Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.
- MARTINS FILHO, Ives Gandra. *Manual esquemático de filosofia*. 2.ed. São Paulo: Editora LTR, 2003.
- MENDONÇA, Eduardo Prado de. *O Mundo precisa de Filosofia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1978.
- SOLOMON, Robert C; HIGGINS, Kathleen M. *Paixão pelo Saber: uma breve história da filosofia*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- VIEIRA NETO, Paulo. Descartes e o método da filosofia. In: FIGUEIREDO, Vinícius de (Org.). *Seis Filósofos na Sala de Aula*. São Paulo: Berlindes & Vertecchia, 2006, p. 80-115.

WEISCHEDEL, Wilhelm. *A escada dos fundos da filosofia*. 3. Ed. São Paulo: Editora Angra, 2001.